REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

N.º 40 / JULHO A SETEMBRO 95 / ANO 9

EDITORIAL

TERRORISTAS E ANTI-TERRORISTAS

Timor teima em permanecer uma ferida aberta no subconsciente dos portugueses. Desde a ténue memória da colónia longínqua e marginalizada nos antípodas do planeta. Passando pelo manto de silêncio que desceu sobre as sucessivas ocupações e lutas internas durante a II Guerra Mundial e que foram subtraídas ao conhecimento público. E passando ainda por uma descolonização que, perfilando-se com o 25 de Abril como a de gestão mais pacífica, veio a derrapar para uma guerra civil entre timorenses e que, subalternizada pela metrópole, a braços com o "verão quente" de 1975 e com a prioridade angolana, se agravou ao ponto de inviabilizar a transferência da soberania. Até à agressão indonésia, apadrinhada pelos jogos de poder dos EUA no xadrez da geopolítica, que ultrapassou a capacidade portuguesa para se lhe opôr militarmente com um mínimo de sucesso.

Hoje, quando se havia conseguido na sociedade portuguesa um razoável consenso, em torno do problema de Timor-Leste e da legitimidade da Convergência Nacionalista na luta pela afirmação da identidade nacional do seu povo, eis que estoira o equívoco (?) do livro do Ministério da Defesa Nacional "Paz e Coperação". Ao arrepio das posições do Estado português e da doutrina oficialmente acolhida para tipificação dos conflitos, ali se caracteriza a luta de libertação do povo de Timor-Leste como "terrorismo separatista"!...

O assunto poderia não passar de um lamentável lapso, reconhecido e corrigido pelo governo e em especial pelo ministro responsável, objecto de desculpas públicas aceites pelos representantes da resistência timorense.

(Continua na pág. 12)

SUMÁRIO

Editorial 1

Opinião 3/4

Testemunho 5

Recordar a nossa História 6/7

Vida associativa 8/9

Desporto e Recreio 11

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
Pedro Pezarat Correia

IMPRESSÃO:
Tip. Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 385 35 93
1000 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
4500 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47 • Tel. 4198105 • Fax 4198130
2795 Linda-a-Velha
DELEGAÇÃO DO NORTE
Apartado 4678
4012 PORTO
DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA
DELEGAÇÃO DO CANADÁ
153 Hamilton St
Toronto - Ontario – M4M 2C9
NÚCLEO DO ALENTEJO
Rua Bernardo Santareno, nº 2
Bairro das Nogueiras
7000 ÉVORA
NÚCLEO DO ALGARVE
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 FARO
NÚCLEO DE CASTELO BRANCO
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco
Depósito Legal Nº 32998/89

CORPOS GERENTES DA A25A

No final deste ano terminam o mandato os actuais Corpos Gerentes. Por esse facto, a Direcção chama a atenção a todos os sócios para o Capítulo IV, artigos 51, 52 e 53 do Regulamento Interno, transcrevendo alguns dos seus parágrafos:

ELEIÇÕES

Art. 51

1. Os corpos Gerentes e as Mesas são eleitos bi-anualmente até ao dia 15 de Janeiro.
2. A eleição é feita pela Assembleia em dia que poderá coincidir ou não com o da sessão ordinária anual, constituindo-se a Assembleia, para a eleição, em corpo eleitoral.
3. Do corpo Eleitoral constituído sairá uma Comissão Eleitoral, fórmada pela Mesa e um delegado de cada uma das candidaturas.

Art. 52
(Processo)

1. As listas serão conjuntas para a Mesa, Direcção e Conselho Fiscal.
2. As listas das candidaturas serão subscritas por um mínimo de 50 sócios efectivos e apresentadas ao Presidente da Mesa com a antecedência mínima de 15 dias, em relação à data da eleição, pelos sócios candidatos à presidência da Direcção.
3. As listas conterão a designação dos cargos a ser votados, à frente dos quais constará o nome do candidato.

...

6. A Direcção em exercício obriga-se a facultar o acesso a toda a informação considerada necessária pelas candidaturas legais, em condições de perfeita igualdade.
7. Durante o período que medeia entre a apresentação das candidaturas e até dois dias antes das eleições, poderão ser afixados na sede, nas delegações e núcleos, em lugar apropriado, programas eleitorais ou outros escritos justificativos das candidaturas.

MANTENHA AS QUOTAS EM DIA

Na capa:

Mista S/Tela – Comemorativa do XX Aniversário do 25 de Abril, gentilmente oferecida à A25A pelo autor, Helio Cunha

AS FORÇAS ARMADAS E A PIDE/DGS

Decorridas duas décadas sobre o 25 de Abril, a colaboração entre as Forças Armadas e a PIDE/DGS continua a ser um assunto tabu. Confrontados com ele, em geral os elementos da instituição militar refugiam-se em respostas equívocas que nada esclarecem mas que, pelo contrário, permitem todas as suposições por mais fantasiosas que elas sejam.

Creio ser já altura de se encarar de modo frontal a realidade e de se assumirem responsabilidades históricas a que individualmente podemos ser alheios mas que não devemos desprezar quando considerados como membros de uma organização que, pelo menos em teoria, deveria ser sempre um exemplo de carácter, de dignidade, de verticalidade, de honra e de ética e que, lamentavelmente, não o foi.

Cabe agora, de facto, perguntar como se tornou possível que, ao longo de quarenta anos, existisse uma colaboração perfeita entre as Forças Armadas e a polícia política. A resposta residirá, talvez, não só no facto de as duas organizações serem totalmente dominadas pelo poder político de então mas também na constatação de que, ao fim e ao cabo, não passava de utopia a teórica diferença entre ambas no que respeita a princípios fundamentais.

É que, embora em menor grau, as Forças Armadas também foram despóticas e prepotentes, afrontaram os direitos individuais e legitimaram procedimentos persecutórios. Além disso a lamentável realidade é que nos diversos escalões da estrutura militar (oficiais, sargentos e praças) vegetaram informadores – alguns conhecidos ou, pelo menos, suspeitos – sem que relativamente a eles se tomasse qualquer outra atitude além de restringir conversas na sua presença.

Cabe agora, de facto, perguntar como se tornou possível que, ao longo de quarenta anos, existisse uma colaboração perfeita entre as Forças Armadas e a polícia política.

Houve, assim, uma passividade surpreendente, uma cumplicidade em que todos participaram de forma activa ou passiva, à semelhança do acontecido entre as Forças Armadas hitlerianas e a Gestapo.

Segundo a minha perspectiva, podemos considerar dois períodos distintos no relacionamento Forças Armadas - PIDE/DGS: o primeiro vai desde o ano de 1933 (data de criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado - PVDE) até 1961 (início da guerra colonial); o segundo período abrange os anos de 1961 a 1974.

A polícia política tornou-se um elemento fundamental para a recolha de informações e, tendo conseguido sobrevalorizar o seu papel, passou a ser um elemento básico para toda a actividade operacional nas colónias.

Um ponto importa já realçar e que revela a estranha e trágica simbiose entre as duas entidades. Qualquer que fosse a sua designação oficial (PVDE, PIDE ou DGS) a chefia máxima da polícia política foi sempre ocupada por militares: Capitão Agostinho Lourenço, Capitão José Catela, Tenente-Coronel Homero de Matos e Major Silva Pais. E na altura do 25 de Abril falava-se no nome do Comandante Alpoim Calvão, talvez sem qualquer fundamento. Como foi possível a estes oficiais descer tão baixo na escala dos valores morais?

De 1933 a 1961 as ligações foram, por assim dizer, institucionais. Além do caso das chefias já referido, a polícia política pouco se relacionava com a actividade das Forças Armadas embora este relacionamento fosse sempre marcante.

Assim, não era possível a qualquer jovem entrar para a Escola do Exército ou para a Escola Naval se não tivesse informação favorável da polícia política, tal como não seria viável mais tarde a promoção a oficial general se tudo não estivesse em harmonia com a orientação governamental.

E as Forças Armadas aceitavam placidamente esta inqualificável interferência. Tal como aceitavam que, nas diversas e fracassadas tentativas de mudança de regime, a PIDE/DGS interviesse

na organização dos processos contra os militares implicados e pressionasse os tribunais militares para os levar a funcionar como verdadeiros tribunais plenários civis.

Tanto quanto sei, apenas nos processos dos militares da Revolta da Sé (em 1959) não houve intervenção da polícia política por a isso se ter oposto frontalmente o oficial general instrutor. Mas a apatia dos militares era geral, a ponto de nunca ter havido qualquer reacção perante as perseguições e vexames que diversos membros das Forças Armadas tiveram de suportar, nomeadamente no caso do General Humberto Delgado.

directa ou indirectamente, todos nós tivemos as mãos metidas na merda.

A estes vinte e oito anos de colaboração institucional seguiram-se, com a guerra colonial, mais treze de íntimo contacto e de intenso apoio mútuo.

A polícia política tornou-se um elemento fundamental para a recolha de informações e, tendo conseguido sobrevalorizar o seu papel, passou a ser um elemento básico para toda a actividade operacional nas colónias.

Daí resultaram uma íntima ligação, um profundo relacionamento e uma total cumplicidade entre os militares e os pides. E, condicionadas pela necessidade de obter informações, as Forças Armadas não só fecharam os olhos a actuações pouco dignificantes da polícia política como até chegaram a colaborar activamente em acções de chacina. Não se esqueça, por exemplo, que o Exército e a PIDE/DGS estiveram lado a lado em Wiryamu e noutros massacres e que os próprios militares exerceram a tortura e a eliminação de prisioneiros.

Na situação concreta das tropas de Engenharia, a especificidade da nossa missão levou a que os contactos com a polícia política fossem quase inexistentes durante a guerra colonial. Mas, por exemplo, recordo perfeitamente a cara surpreendida e apavorada do Capitão comandante da Companhia de Engenharia sediada em Munhango (leste de Angola) quando em 1971 ali me desloquei pela primeira vez para analisar o estado de operacionalidade das máquinas e das viaturas bem como o seu esquema de manutenção e reparação. É que, acabado de entrar no estacionamento, recusei de forma definitiva e frontal a sugestão de ir cumprimentar o chefe do posto da PIDE/DGS.

Talvez assim venhamos a ser absolvidos pela sociedade civil, que chafurdou no mesmo lamaçal mas que agora se arroga em juiz puritano da componente militar da sociedade.

Mas a triste realidade é que na guerra colonial existiu uma cooperação perfeitamente activa, embora mais aprofundada nuns casos do que noutros. E por essa cooperação cúmplice todos somos responsáveis, por acção ou por omissão.

Este caldeamento mais ou menos íntimo existente entre as duas instituições talvez possa, pelo menos em parte, explicar três pontos importantes do pré-25 de Abril: A aparente passividade da PIDE/DGS perante o desenvolvimento do Movimento dos Capitães; a intenção do General Spínola de manter uma DGS ligeiramente depurada para a qual até já havia escolhido o patrão máximo; a transformação nas colónias, sob proposta do General Costa Gomes e conforme consta do Programa do M.F.A., da PIDE/DGS em Polícia de Informações enquanto houvesse operações de guerra.

De facto, directa ou indirectamente, todos nós tivemos as mãos metidas na merda. Não armemos em santos, em arautos de uma ética que colectivamente não vivemos nem respeitámos. Encaremos as nossas responsabilidades com aquela verticalidade frontal que deveríamos ter assumido mas globalmente não fomos capazes de ter.

Talvez assim venhamos a ser absolvidos pela sociedade civil, que chafurdou no mesmo lamaçal mas que agora se arroga em juiz puritano da componente militar da sociedade.

Cá por mim dispenso essa hipócrita absolvição e prefiro aguentar com a parte que me couber do opróbio inerente à cooperação indesmentível entre as Forças Armadas e a PIDE/DGS, embora pessoalmente sempre me tenha recusado a qualquer contacto mesmo quando ocupei posições de comando quer nas colónias quer no continente. Mas, sem dúvida alguma, recai sobre mim alguma fracção da culpa colectiva que onera a instituição militar.

Nuno Fisher Lopes Pires

TEMPOS DE ZECA AFONSO

Da sorte revolucionária, algum travo amargo nos terá ficado a todos, de tanto que dela esperávamos. Nem por isso o fascínio desses dias inolvidáveis nos abandonará, não apenas pela intensidade da revivescência, mas pelo irrepetível e prodigioso envolvimento em que mergulhámos, poético, podemos dizê-lo hoje.

Nesse alvorecer de milagres recordo com especial agrado o aparecimento do José Afonso, entre nós no BC 5, logo nos primeiros dias da revolução. Com toda a simplicidade do seu modo de ser e na lógica mágica de então, surgiu ele dentro dos muros de um quartel com tradição de confiança salazarista.

Outros houve com passado também lutador que, do exílio, das prisões, da clandestinidade, ali desembocaram repentinamente num convívio franco e numa espécie de curiosidade mútua entre familiares que nunca se tinham visto de perto.

Porém, José Afonso distinguia-se com o seu enorme prestígio entre os jovens milicianos, o modo suave como nos impregnava do seu antifascismo militante, da sua utopia radical mas bondosa. Havia algo de angelical naquela postura revolucionária.

Um tanto mais descomposto apareceu, todavia, uma manhã, meio escalavrado, olheirento, estafadíssimo, a pedir uma cama misericordiosa que lhe desse algum descanso.

Se me espantei de o ver assim, mais ainda me surpreendi da explicação; tinha o bom do Zeca andado, dia e noite, por montes e vales da serra da Arrábida, atrás de supostos "pides" alegadamente refugiados naquelas belíssimas paragens, não se sabia bem como, nem porquê.

Lá mandei dar aposento àquele estranho guerreiro, rindo-me um pouco por dentro, que só por saboroso e meigo D. Quixote o poderia tomar.

O nosso relacionamento não se findou ali mas, depois, perdi-o de vista por alguns anos.

Reencontrei-o no Clube Militar Naval, em dia de comemoração do 25 de Abril, já em estado adiantado da doença que o afligiu. Cheguei-me a ele sem saber se me reconheceria, mas pronunciou o meu nome com verdadeira ternura e também lhe fiz a festa que o meu coração pedia.

Conversámos alguma coisa e comecei por perguntar-lhe quando voltava à caça dos Pides que tinham ficado na Arrábida. Os olhos cerraram-se-lhe no seu geito peculiar e um sorriso de enorme bonomia lhe inundou o rosto.

É essa imagem de tesouro que mais guardo, comovidamente, do infinito José Afonso.

José Fontão

COLABORE COM O REFERENCIAL

MANTENHA AS QUOTAS EM DIA

PROPONHA NOVOS SÓCIOS

A DESCOBERTA DA AMAZÓNIA (2)

A Viagem de Pedro Teixeira

Vamos concluir a extraordinária proeza, única na História - a subida do Rio Amazonas - realizada por uma expedição em jornadas sucessivas desde 5 de Setembro de 1637 até 15 de Agosto de 1638, numa extensão de cerca de 6000 Km, a remos, rio acima, e que constituiu uma das bases fundamentais em que se alicerçou a argumentação jurídica dos tratados de limites relizados no séc. XVIII:

Como se refere na 1.ª parte, a expedição comandada pelo Capitão-mor Pedro Teixeira era constituída por uma esquadrilha de cerca de 40 embarcações com o efectivo militar de 75 soldados e 900 indígenas como remeiros e frecheiros, enquadrados por 15 oficiais e sargentos, e tendo como capelão o franciscano frei Agostinho das Chagas.

Como vimos, tinham já ultrapassado os Rios Madeira e Negro nos meados do mês de Dezembro, tendo em seguida a expedição navegado sete dias ao longo da margem direita, despovoada, embora tivessem avistado canoas.

Ultrapassaram o rio Purus, chamado pelo padre Christobal d'Acuña, "Rio de los Gigantes", e seguiu-se zona densamente povoada, que Teixeira denominou "a máquina de gentio", por viverem tão próximo uns dos outros que em trezentas léguas de caminho se pode dizer que "é somente um povo".

Na primeira parte deste percurso habitavam os famosos Solimões, nome por que ficou conhecido o grande rio a partir da confluência com o Negro. Na segunda, após o rio Tefé, os Curuziraris, grandes oleiros que trabalhavam o excelente barro da região; a sua última aldeia, próxima do rio Uarini, foi chamada a Aldeia do Ouro.

Durante outros sete dias atravessaram uma região despovoada até atingirem a primeira aldeia dos Omáguas que já conheciam algumas palavras de castelhano e ocupavam uma extensão de cem léguas. Teixeira afirmou serem "os mais carniceiros dentre todos os do rio".

Deixados para trás, seguiu-se uma região ribeirinha despovoada, e entretanto, alguns membros da expedição manifestavam cansaço e os indígenas

tendiam a desertar, pelo que Pedro Teixeira determinou que o coronel Bento de Oliveira, com seis canoas, vinte soldados e cento e cinquenta índios, se adiantassem para servir de guias e imprimirem maior dinamismo à progressão sob a expectativa de estarem perto do objectivo.

A 21 de Fevereiro seguiu adiante o experimentado militar, brasileiro nato, bom conhecedor das línguas locais e muito estimado pelos índios. Rapidamente ultrapassou o Javari, navegou no trecho do grande rio conhecido como Rio Marañon, e adiantou-se pelo rio Napo acima, ultrapassando o Aguarico, o Coca e o Payamino até dez léguas mais abaixo do porto de Archidona, mas devido ao baixo fundo rochoso e à forte corrente foi forçado a voltar atrás para procurar um rio mais navegável, encontrando o Payamino que navegaram até um local chamado Nini onde deixaram as canoas. Passaram a Ávila e chegaram a Quito.

Entretanto o grosso da expedição prosseguiu, alcançando a confluência do Curaray na região dos Abegiras, alvo inicial da tentativa de colonização pelos franciscanos espanhois de Quito, que, no caminho, optaram pelos Encabelados.

No dia 3 de Julho alcançaram a boca de um rio chamado dos Encabelados, onde Pedro Teixeira deixou uma boa parte da sua expedição, com o intuito de facilitar a avançada. Afirma o padre Acuña que

ficaram quarenta soldados e trezentos indígenas amigos sob o comandó dos eficientes e valentes Pedro da Costa Favela e Pedro Baião de Abreu.

Com apenas quinze soldados, prosseguiu Teixeira seguindo as indicações que o seu subordinado ia deixando pelo caminho, tendo chegado em 15 de Agosto de 1638 às proximidades da actual vila de Payamino onde encontrou as canoas do coronel Bento de Oliveira. Concluía-se a parte fluvial da notável expedição que percorrera cerca de mil trezentas e sessenta léguas rio acima em cerca de onze meses.(8)

Depois de cinquenta dias de caminhada áspera, descansaram oito dias na localidade de Baeça, onde foram cumulados de gentilezas e receberam cartas com os cumprimentos do Presidente da Real Audiência de Quito e do bispo. No povoado de Pupas, a cinco léguas de Quito, reuniu-se ao coronel Bento de Oliveira que já lá tinha regressado. Perto de Quito teve lugar uma grande recepção e seguiram num cortejo até à sede da Real Audiência. Organizaram-se festas, corridas de cavalos, touradas em homenagem aos indómitos sertanistas.(9)

Frei Domingos de Brieva despertava a admiração geral por o julgarem vitimado às mãos de alguns indígenas das florestas amazónicas.

Porém, causou confusão e suspeita a imprevista chegada a Quito da expedição portuguesa. Com efeito, para o presidente da Audiência de Quito, o licenciado Alonso Perez de Salazar, não era só o receio da abertura do caminho fluvial do Perú que poderia ficar acessível aos ingleses e holandeses, mas uma iniciativa desta monta poderia ser prenúncio da rebelião do Reino Lusitano, como na realidade não tardou a acontecer. Aliás, lendo o regimento do capitão-mor da expedição e conversando habilmente com ele, confirmou os seus receios, tanto mais que a carta de prego passada pelo governador do Maranhão para ser aberta só na viagem de regresso após a passagem do território dos Omáguas, era certamente facto revelador de uma estratégia planeada.

Foi resolvido pôr a questão ao vice-rei do Perú, D. Jerónimo de Mendoza, conde de Chichon. Foram a Lima emissários da Companhia de Jesus e o piloto da armada Bento da Costa, tendo Pedro Teixeira enviado um relatório.

Ouvidos os seus conselheiros, o vice--rei decidiu que o capitão-mor Pedro Teixeira com toda a sua gente regressasse de imediato pelo mesmo caminho, com tudo o necessário para a viagem, alegando que "a falta de tão bons capitães e soldados deveria fazer-se sentir naquelas fronteiras que tão infestadas são de ordinário pelo inimigo holandês".

Ordenou também que fossem em sua companhia duas personalidades "a quem se pudessem dar fé pela coroa de Castela de todas as descobertas e o demais que na viagem de volta se fosse descobrindo". Houve grande disputa entre franciscanos e jesuítas que diligenciavam obter a nomeação, tendo a Real Audiência nomeado dois jesuítas pela provisão de 24-1-1639, sendo escolhidos os padres Christóbal d'Acuña e Andrés de Artieda. Seguiram também alguns padres de Nossa Senhora das Mercêdes que a pedido dos portugueses foram para o Grão Pará, e o capelão da armada o franciscano frei Agostinho das Chagas e, ainda, frei Domingos Brieva.

Em 10 de Fevereiro de 1639 a expedição inicia a viagem de volta e faz pousada onde estava o acampamento de Pedro da Costa Favela, que entretanto repelira um ataque dos Encabelados.

Pedro Teixeira seguindo as determinações de Raymundo Jacome de Noronha, governador do Maranhão, abriu a carta de prego no local próprio, e seguindo as suas instruções procedeu à fundação da povoação de Franciscana na confluência dos rios Aguarico e Napo quando corria o dia 16 de Agosto de 1639.

Com a solenidade possível fundou-a "em nome do rei Filipe IV para a coroa de Portugal", colocando um marco-padrão de limite, entre as colónias das duas coroas Ibéricas, registando-se o acontecimento em acta que teve a assinatura das principais personalidades militares e religiosas da expedição. Esta acta está bastante divulgada, tendo Berredo inserido-a nos *Annaes Históricos* e, no Museu Paulista, há um quadro assinalando esse importante acontecimento.

A viagem prosseguiu, com novos encontros com diversas tribus, tendo o padre Acuña recolhido pacientemente todos os informes que podia, para o seu famoso livro, com que iria descrever à Europa aquele assombroso território.

A armada portuguesa, navegando quase dez meses na viagem de regresso, chega à praça de Gurupá e dali passa ao Grão-Pará, tendo alcançado Belém a 12 de Dezembro de 1639, onde fica frei Agostinho das Chagas, os padres Mercedários e alguns soldados.(10)

O restante da armada passou à cidade de S. Luis capital do Maranhão, onde o novo governador Bento Maciel Parente lhe fez uma grande recepção.

Em 1641, já com a Pátria finalmente livre, aprontou-se Pedro Teixeira para ir à Metrópole descansar e curar-se das mazelas sofridas em tantos anos de vida de soldado e de sertanejo, mas ficou gravemente doente vindo a falecer em Belém, sob geral consternação.

Ficou para a história o seu feito único que foi a subida do rio Amazonas até Quito e a célebre acta de limites na confluência dos rios Aguarico e Napo, além de todo o seu passado de décadas de acção militar em defesa da soberania portuguesa no Maranhão, Pará e Amazónia.

Em 1993 a Câmara Municipal de Cantanhede erigiu uma estátua em sua homenagem e editou uma publicação biográfica.

Na base da estátua pode ler-se a seguinte legenda da autoria de Jaime Cortesão: "Os meus conterrâneos do concelho, podem com justo orgulho considerar este homem como um epónimo de Cantanhede"

Barbosa Pereira

NOTAS

(8) Padre Christóbal d'Acuña, *Nuevo descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas*, Buenos Aires, Emece Editores S.A., 1942, p. 36.

(9) Arthur Cesar F. Reis, *História do Amazonas*, Manaus, s.n., 1931, p. 36.

(10) Marcos Jimenez da la Espada, Viage del Capitan Pedro Teixeira águas arriba del Rio de las Amazonas (1638-39), Madrid, Imprenta Fortanet, 1889, p. 49.

CONVITES FEITOS À A25A

A.D.F.A. (ASS. DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS)
Tomada de posse dos novos Orgãos dirigentes da ADFA
1-7-95

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
50.° Aniversário do fim da II Guerra
9-6-95

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE
Inauguração do Centro de Estágio e Albergue da Juventude de Alcochete
15-7-95

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA/EPUL
Apresentação pública do Plano de Urbanização para o Martim Moniz
9-6-95

Homenagem ao Prof. Bento de Jesus Caraça
27-6-95

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA
Inauguração colectiva de pintura de Helena David, Maria Joaquina Evangelista e Silvano Lynce.
1-7-95

Inauguração da exposição de escultura de Paulo Graça
2-9-95

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR E DOS NAVEGANTES DA FIGUEIRA DA FOZ
Lançamento do livro "A Maldição da Memória do Infante Dom Pedro e as Origens dos Descobrimentos Portugueses" de Alfredo Pinheiro Marques
15-7-95

CLUBE MILITAR NAVAL
Lançamento da medalha "Dis Marinha 95"
5-7-95

C.G.T.P.-IN
Debates sobre "O período revolucionário às conquistas de Abril"
7-6-95

Ciclo de debates "Direitos dos Trabalhadores - Institucionalização do regime democrático
21-6-95

DIRECTORA DO PALÁCIO NACIONAL DE QUELUZ/CONSELHO ADMINISTRAÇÃO MONTEPIO GERAL
Concerto pela orquestra Metropolitana de Lisboa
28-6-95

ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE ALBERTO NETO - QUELUZ
Colóquio "Forças Armadas Portuguesas"
21-6-95

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO
Almoço comemorativo do 71.° Aniversário da F.P.C.C.R.
17-6-95

Forum "O Associativismo de Cultura, Recreio e Desporto"
8-7-95

GALERIA DE ARTE DO CLUBE COLECIONADORES DOS CORREIOS
Exposição Anverso/Reverso da Medalha Contemporânea de Helder Batista, João Duarte, José Simão, Paula Lourenço e Victor Santos.
5-9-95

INSTITUTO JOAQUIM DE OLIVEIRA GUEDES - Coop. de Estudos Superiores e economia social Lda.
Inauguração do I Jogo no dia Internacional das Cooperativas
1-7-95

MOVIMENTO ZLAN
VI Encontro Nacional
2-3-/6/95

MUSEU DO HOSPITAL E DAS CALDAS
Inauguração da exposição de José Aurélio "Lembrança da Terceira Ilha"- Cem registos e um projecto
8-7-95

MUSEU NACIONAL DE HISTÓRIA NATURAL
Inauguração da exposição "Dinossauros da China"
20-7-95

TEATRO DA CORNUCÓPIA
Estreia da peça " A Prisão" de Edward Bond
26-27/7/95

ASSOCIADOS FALECIDOS

João da Siva Campelo
Sócio efectivo n.° 1859
Joaquim Cunha Pão Alvo
Sócio efectivo n.° 1956
Miguel Bonfim Ricardo
Sócio efectivo n.° 2252
Luís Maria Guimarães Metelo
Apoiante N.° 68

A todos os seus familiares, as nossas sinceras e profundas condolências.

OFERTAS À A25A

LIVROS:

Lit. - **Até que a pena me doa...**
de António de Almeida Santos
Oferta do autor

Lit. - **Civismo e Rebelião**
de António de Almeida Santos
Oferta do autor

Lit. - **Relatório do Desenvolvimento Humano 1995**
Oferta de Tricontinental Editora

MÁRIO TOMÉ

No período revolucionário de 1974-76 houve quem tentasse, à bomba, travar a marcha do processo democrático em Portugal.

Bombas que causaram danos que destruíram bens, que mataram pessoas. Na sequência do regime democrático que resultou da liberdade instaurada com o 25 de Abril, há quem impunemente, se vanglorie da responsabilidade política, moral ou material, desses actos bombistas.

Mário Tomé, militar prestigiado, capitão de Abril desde a primeira hora, cidadão empenhado na consolidação dos ideais em que acredita, não se conforma com estas debilidades e contradições do sistema democrático e, na linguagem, porventura excessiva, mas que lhe pareceu apropriada, tornou pública a sua indignação.

Por isso foi penalizado.

Uma centena de camaradas da A25A, porque sentem que Mário Tomé, por palavras próprias, mais não fez do que expressar preocupações comuns, resolveram juntar-se-lhe no emblemático Largo do Carmo e depois num restaurante da baixa pombalina lisboeta, num jantar onde através das palavras do presidente da direcção, lhe manifestaram a sua solidariedade.

Mário Tomé respondeu em poucas palavras mas significativas.

E que por isso a seguir se reproduzem

Palavras de Mário Tomé no Jantar de solidariedade oferecido pelos militares de Abril, em 25 de Julho de 1995

Muito obrigado por este acto de **solidariedade**. Solidariedade recíproca, solidariedade entre homens que estão do mesmo lado da **barricada**.

do lado do 25 de Abril
do lado de cá da vida

Juntos ajudamos a escrever páginas importantes da história de Portugal.

Seguimos caminhos diferentes, legitimamente diferentes numa sociedade plural cujos alicerces lançámos.

Mas não desistimos de continuar a defender a democracia e a liberdade.

O caso que aqui nos juntou é apenas um caso. Uma pequena medalha na luta que temos travado em comum.

E seria um caso sem importância se não houvessem outros casos.

Como se diz na gíria:
à primeira é acaso
à segunda é coincidência
à terceira faz linha.

E já não é a 1.ª, nem a 2.ª, nem a 3.ª. **Está traçada uma linha**!

Por isso é tão confortante este calor da solidariedade que aqui nos juntou.

Mostra que na defesa da liberdade e da democracia, valores maiores do 25 de Abril, **não passamos o testemunho**!

Queremos mais a levá-lo mas continuamos com ele.

Agradeço a todos a vossa presença.

Viva o 25 de Abril!

ASSOCIAÇÃO DOS COMBATENTES DA LIBERDADE (ACL) DE CABO VERDE

Em 13 de Setembro visitou a A25A o comandante Pedro Pires, antigo primeiro ministro da república de Cabo Verde e actual presidente da AG da ACL, que foi recebido pelo presidente da direcção e pelo director de "O REFERENCIAL". Foram trocadas informações sobre os objectivos, naturezas e práticas de ambas as associações, salientados os vários pontos comuns que as ligam, foi evidenciada a intenção de fomentar laços de cooperação, o intercâmbio de experiências e a eventual participação em iniciativas conjuntas, que se insiram nos objectivos que ambas compartilham.

DIÁRIO DA LIBERDADE

As comemorações do 20.° aniversário do 25 de Abril ainda não terminaram. Ou, melhor dizendo, os resultado das iniciativas então assumidas continuam a fazer-se sentir.

Como devem ser todas as comemorações de acontecimentos determinantes na nossa vida: não apenas evocações saudosistas, mas sim afirmações de pujança, renovação e criação permanentes.

Lançada a iniciativa durante a evocação dos 20 anos de Liberdade, só agora foi possível trazer a público esta magnífica obra de que a Associação 25 de Abril muito se orgulha, quer pela iniciativa por si assumida, quer pela edição conjunta com a Editorial Notícias.

Realçando e congratulando-nos por o seu autor ser um dos mais genuínos capitães de Abril, permanentemente empenhado em todo o processo que nos conduziu ao acto libertador, desde a sua origem até aos dias de hoje, consideramos que **Diário da Liberdade** será um documento essencial e um elemento de trabalho fundamental para quem pretenda estudar a história da nossa Pátria.

Aniceto Afonso optou por, além da apresentação dos diversos acontecimentos que envolveram a luta pela liberdade em Portugal, entre os anos de 1817 e 1995, em forma de **diário,** lhe acrescentar outras duas **entradas,** que facilitam extraordinariamente a consulta desta obra. Com efeito, quer a **Cronologia da Liberdade** quer o **Índice remissivo** constituem um grande auxiliar a essa consulta.

Parabéns, pois ao autor, de quem esperamos novos sucessos.

Pela importância e significado do **Diário da Liberdade,** decidiram as duas entidades editoras e o autor convidar a presidir ao lançamento oficial da obra o Senhor Presidente da República, que imediatamente aceitou. Razões diversas, onde a agenda bastante preenchida do Presidente da República assume papel fundamental, obrigam-nos a só fazer esse lançamento no fim do mês de Outubro. O que não impede que a obra possa desde já ser adquirida.

Os associados interessados poderão fazê-lo na Associação 25 de Abril em condições especiais.

Em vez de 5.600$00 (preço de capa), na A25A e apenas para os associados, o custo é de 4.000$00.

ADQUIRA-O NA A25A.

DIRECTAMENTE, OU ATRAVÉS DO CORREIO.

ENVIE UM CHEQUE DE 4.000$00 E RECEBÊ-LO-Á EM SUA CASA.

VAMOS APRENDER BRIDGE! (29)

Na sequência do capítulo que temos vindo a tratar (RESPOSTAS ÀS VOZES DE INTERVENÇÃO) e ainda no pressuposto de que o parceiro do abridor se limitou a proferir um PASSO, vamos hoje analisar qual a atitude a tomar quando o jogador número 4 (parceiro do que dobrou de chamada) possui mãos com força suficiente (mais de 10 ou 11 PH) para serem classificados de FORTES.

– RESPOSTAS ÀS VOZES DE INTERVENÇÃO

3 - RESPOSTAS AO DOBRE DE CHAMADA

3.1 - QUANDO O PARCEIRO DO ABRIDOR PASSA

3.1.3 - COM MÃOS FORTES

Num leilão do tipo:

N	E	S	W
1♣	DOBRO	PASSO	?

que atitudes ou vozes deverá proferir o jogador em W quando o seu jogo apresentar uma força mínima de 10 ou 11 PH?

É óbvio que a panóplia de vozes à sua disposição estará dependente do **TIPO** de mão que W possuir.

Mais uma vez poderemos dizer que a resposta à pergunta atrás formulada se enquadra no âmbito dos utilizados pelos técnicos de Estado Maior, quando recorrem substantivamente à precisão que o termo "DEPENDE!" consubstancia!

Com a FORÇA já definida (10 ou mais PH) os vários TIPOS de mãos do jogador em W poderão determinar as seguintes marcações:

a) Marcação directa de partida em ♥ ou ♠ (4 ♥ ou 4 ♠)

b) Marcação de 2 ou de 3 ST

c) Cuebidar o naipe da abertura

d) Passar

a) A marcação directa de partida em ♥ ou ♠ deverá ser feita quando W possuir um naipe rico de 5 ou mais cartas e uma força que não indicie a existência dum provável chelem na sua linha.

A marcação directa de partida deverá ser feita, após o leilão anteriormente apresentado, com mãos do tipo:

♠ R109872
♥ D8
♦ AD3
♣ 42

b) Com mãos regulares, sem 4 cartas em ♥ ou em ♠ e com uma defesa e meia ou, no mínimo, uma defesa no naipe de abertura, deverá anunciar 2ST com 10/11 PH e marcar 3ST com 12 PH ou mais.

Um observador mais atento poderia questionar a resposta em 2 ST apenas com 10/11 PH, quando, se utilizada sobre uma abertura em naipe, o respondente deveria possuir 11/12 PH, como foi oportunamente aconselhado.

Posta a questão, importará esclarecer que a diminuição de 1 PH no valor da mão de W, ao anunciar 2 ST sobre o dobre de chamada do jogador número 2, está amplamente compensada pelo conhecimento da localização das cartas, que foi obtido pela abertura do jogador adversário. É uma vantagem que o carteador irá, decerto, utilizar e aproveitar quando fizer o seu plano de jogo.

Após o leilão:

N	E	S	W
1♦	DOBRO	PASSO	?

W com as mãos:

A	B
♠ V92	♠ V64
♥ 1095	♥ R52
♦ RV10	♦ AV9
♣ RD73	♣ RV103

deverá marcar 2 ST com a mão A e 3 ST com a mão B.

c) Sempre que tiver que responder a um dobre de chamada e possuir uma mão com força mínima de 10/11 PH mas que não lhe permita efectuar um leilão evidente, por a distribuição não se enquadrar em nenhum dos tipos anteriormente apresentados, não lhe restará outra alternativa senão a de utilizar o cue-bid no naipe de abertura.

É a única forma de transmitir ao parceiro esses dois parâmetros (ter mais de 10/11 PH e não possuir nenhum naipe rico de 5 ou mais cartas), paralelamente com o facto de que ele (parceiro) não deverá parar o leilão antes do nível da partida!

O cue-bid pede para o parceiro esclarecer a sua mão e não indica qualquer controlo no naipe de abertura ou qualquer distribuição particular.

No leilão:

N	E	S	W
1♣	DOBRO	PASSO	?

W com as mãos:

A	B
♠ AV97	♠ RD104
♥ RD53	♥ V85
♦ D1084	♦ ADV6
♣ 3	♣ 53

terá que anunciar 2♣, pedindo ao parceiro que descreva a sua mão e que não parte antes da partida.

É óbvio que se o parceiro (E) respondesse 2♥, com a mão A o jogador W diria 4♥ e com a mão B limitar-se-ia a anunciar 2♠, procurando detectar o fit com ♠, pois o parceiro ao anunciar 2♥, não negou a eventual existência de 4 cartas em ♠ ou mesmo de um naipe de ♣ com defesas, o que permitirá uma eventual marcação em 3 ST.

d) A última alternativa a tomar pelo jogador em W é a de passar ao dobre de chamada.

Ao fazê-lo estará a transformar o dobre de chamada em dobre punitivo, transmitindo ao parceiro julgar que o castigo, eventualmente, a inflingir ao adversário é mais compensador que qualquer marcação possível de jogar pela nossa linha.

Só determinados tipos de mão permitem tomar tais decisões. Têm, em comum, que se caracterizar pela existência dum comprido (mínimo 5 cartas) e consistente naipe anunciado pelo abridor.

No leilão:

N	E	S	W
1♣	DOBRO	PASSO	PASSO

W deve ter uma mão do tipo:

♠ 43
♥ R10
♦ 753
♣ RD10874

Se o naipe anunciado pelo abridor não fôr suficientemente consistente, em figuras e cartas intermédias, será mais prudente anunciar, 1 ST, porque ao Passar sobre o Dobre de Chamada, indicou ao abridor a localização das cartas de trunfo, o que lhe permitirá jogar por forma a minimizar os efeitos duma distribuição desfavorável dos trunfos, circunstância que será de ponderar antes de decidir sobre a voz a proferir.

Neste caso, como em quase tudo na vida, a experiência e o bom senso são excelentes contributos para as decisões mais delicadas e complexas.

Um abraço amigo do
Luís Galvão

(continuação da pág. 1)

Estaria assim sanado o incidente para o exterior e para Timor-Leste.

Mas não o está para nós e não dispensa uma reflexão crítica. Porque este é apenas um dos sinais que resultam da manutenção, em lugares de influência na estrutura da defesa nacional, de elementos, militares e civis, cujos conceitos, denunciados através da terminologia que utilizam, são absolutamente desajustados à identidade e ao posicionamento do Portugal democrático da era pós-25 de Abril. E o significado da frequente repetição desses sinais, esse, permanece e não se apaga com ocasionais gestos diplomáticos.

Haverá certamente alguma incompetência profissional na transcrição, literal e acrítica, de textos de publicações estrangeiras que ofendem o rigor terminológico exigível por uma publicação oficial. O que é grave.

Mas mais grave é que, nos vários escalões abrangidos pela responsabilidade da publicação, ninguém tenha revelado um grau de sensibilidade suficiente para se sentir chocado com a forma e o conteúdo de tais e tão gritantes imprecisões.

Não aceitamos o argumento do lapso episódico. Porque o que dali emerge, é mais um afloramento de uma deformação conceptual sistemática, de preconceitos ideológicos, que radicam num patrioteirismo serôdio, que insiste em ver "terroristas" nos movimentos de libertação e nas organizações patrióticas quando estas, forçadas pela violência colonialista ou pelo despotismo fascista, são forçadas a recorrer à luta armada, por verem fechadas todas as outras vias de combate político. Preconceitos que têm expressão nas manifestações de um saudosismo militarista, que teima em glorificar a guerra colonial, tentando contornar o seu real significado de instrumento fundamental de uma política, cujo objectivo maior era a perpetuação do império e a justificação da ditadura. E deformação que é sistemática, porque se tem revelado noutras oportunidades em que "equívocos" semelhantes não suscitaram o clamor que este último levantou.

Recorde-se a intencionalidade subjacente à edificação do Monumento aos Combatentes do Ultramar, desmascarada, para quem ainda alimentava ilusões, com as manifestações e declarações revanchistas que emolduraram a sua inauguração. Espaço que, como era previsível, está transformado no muro das lamentações dos nostálgicos da guerra colonial e da ditadura, dos feitos "anti-terroristas", exaltados em arcaicos discursos de oradores, auto-proclamados representantes dos combatentes, sem que se conheça a fonte ou a legitimidade da sua representatividade.

Registe-se como alguns dos assumidos autores dos atentados que, à bomba, tentaram travar a marcha de Portugal para a democracia, sentem propício o ambiente para badalarem a sua "valentia". Também estes travestidos de "anti-terroristas", porque afinal "terroristas" são sempre aqueles que lutam pela liberdade, mesmo qaundo são eles os alvos e as vítimas da violência bombista. E quando um militar honrado e cidadão digno, ousa, ainda que com um eventual excesso de linguagem, denunciar estas contradições, é ele que acaba penalizado, enquanto os bombistas continuam a exibir a prosápia dos seus "feitos".

Revejam-se alguns debates televisivos, com altas patentes militares, até há pouco investidas em funções de elevada responsabilidade, esforçando-se por traçar uma imagem politicamente descomprometida da guerra colonial, humanizando-a com o alibi do "anti-terrorismo" generalizado aos treze anos de guerra nas três frentes. Desgastam-se ingloriamente em malabarismos interpretativos para dissociar a guerra da política colonial e da ditadura, ignorando os mais elementares princípios da teoria dos conflitos, para os quais a guerra mais não é do que a continuação da política por outros meios (Clausewitz *dixit*).

Medite-se ainda no sentido de certas consagrações públicas por serviços relevantes prestados à pátria, irremediavelmente ultrapassadas no tempo, que contemplam ex-agentes da PIDE-DGS e determinados militares, que só podem encontrar justificação numa guerra colonial alegadamente "anti-terrorista", terminada sem glória há mais de duas décadas, porque esvaziada de sentido por valores que constituíam a sua própria condenação e que não constitui motivo de orgulho para a generalidade dos portugueses. Entretanto é recusada a Ordem da Liberdade a um cidadão que pagou com a tortura e com longos anos de cativeiro, a coragem de ter optado pela via armada na luta contra a ditadura colonial, atrevimento que ainda lhe vale, em algumas instâncias influentes, o ápodo de "terrorista".

Em Maio deste ano, em representação da A25A, participei, numa escola secundária, com outros dois camaradas militares que representavam a Associação dos Deficientes das Forças Armadas e a Liga dos Combatentes, num colóquio em que se debatia as guerras 1914-18 e 1939-45, a guerra colonial e a descolonização. O oficial general reformado da Liga dos Combatentes, a propósito do que chamava a "guerra do ultramar", fez questão de frisar e repetir que, no seu entendimento, Portugal se defendera de "grupos terroristas", insistindo em catalogar os guerrilheiros de meros "terroristas". Perante a perplexidade dos alunos, não familiarizados com tal terminologia, e a rejeição firme dos professores, que no período de diálogo não deixaram de manifestar a sua surpresa e pôr em relevo o sentido anti-pedagógico que tal caracterização envolve, o representante da liga dos Combatentes reiterou o mesmo vocabulário, justificando desastradamente a sua opção e reforçando a contestação dos presentes.

Não nos repugna aceitar a boa-fé do ministro e dos principais responsáveis do ministério, na correcção do ponto de vista do Estado português face à resistência maubere. Só que, como os exemplos que aqui deixei evidenciam, não foi de um equívoco que se tratou. Trata-se de erros interpretativos, deliberados ou passivamente acolhidos, frutos de preconceitos ideológicos que resultam da mentalidade e da formação das pessoas que, em área tão sensível como é a da defesa nacional, participam nos estudos dos problemas e na preparação das decisões.

Correcções casuísticas não resolvem a questão de fundo. Sem alterações estruturais os "equívocos" repetir-se-ão. Será apenas uma questão de oportunidade.

PEDRO PEZARAT CORREIA